

ÍNDICE MUNDO página 2. UP página 4. PORTO página 5. EDUCAÇÃO página 7.
ECONOMIA página 8. CULTURA página 9. ÚLTIMA página 10.

Maio de 68, um mês que marcou quarenta anos página 2



Maio de 68, uma vontade de mudar o mundo

Amanda Ribeiro - ljcc05012@letras.up.pt

Portugueses que viveram o Maio de 68 recordam os antecedentes e os momentos mais marcantes do movimento estudantil.

Há 40 anos, um desejo de mudança tomou de assalto as ruas de Paris. Durante cerca de um mês, a sociedade francesa acolheu um movimento social que se iniciou nas universidades. Nas ruas, os estudantes gritavam pela liberdade e poder de intervenção. Mais tarde, também o operariado daria voz às exigências do movimento, o que originou uma greve geral que paralisou o país e assustou o governo de Charles de Gaulle.

O artista plástico Vasco de Castro foi um dos milhares de portugueses que assistiu ao desenrolar dos acontecimentos. “Por razões óbvias” (o Estado Novo), partiu para Paris, em 1961, com 25 anos - “muito velho”,

considera.

“O Maio de 68 rompeu de súbito e apanhou todos de surpresa. Ainda que, em retrospectiva, é fácil de ver que havia pequenos focos em vários países que anunciam algo. Havia um borbulhar anti-sistema”.

Analisando o contexto internacional, percebe-se que acontecimentos como o assassinio de Martin Luther King, em plena luta pelos direitos cívicos dos negros, ou as manifestações contra a guerra do Vietname podem ter inspirado os ideais do movimento de 68, que, por sua vez, influenciaram os estudantes portugueses em 1969.

“A situação estava favorável para algo explodir como um vulcão. E foi por um motivo mínimo que aconteceu”, diz Vasco de Castro, ao referir-se à crise na Universidade de Nanterre, que antecedeu o Maio de 68. A 22 de Março, oito estudantes ocuparam o edifício da administração da universidade,

exigindo maior liberdade sexual. Um deles era Daniel Cohn-Bendit, o porta-voz do Maio de 68.

Fernando Pereira Marques, na altura estudante de sociologia em exílio político, assistiu ao deflagrar do Maio de 68 na Universidade de Sorbonne. Estava lá “por acaso”, acrescenta o actual professor universitário.

“A 3 de Maio estava previsto um comício na Sorbonne. Um movimento de extrema-direita, o Ocidente, tinha ameaçado impedir-lo. Gerou-se um clima de grande tensão. O reitor Roche precipitou-se e chamou a polícia [para intervir na Sorbonne]. Centenas de estudantes foram presos, incluindo eu”, recorda Fernando Pereira Marques. O sociólogo salienta que foram essas prisões que acenderam “o rastilho” do Maio de 68.

>>> URL

Cartazes do Maio de 68



No Maio de 68, nasceu o primeiro território “português” e “socialista”

Amanda Ribeiro - ljcc05012@letras.up.pt

Trabalhadores e estudantes portugueses uniram-se em comité e ocuparam a Casa de Portugal. Movimento académico nunca quis ser um partido.

A sensibilização do operariado para os ideais do movimento estudantil foi uma das faces do Maio de 68. Esse processo teve particular importância no seio dos emigrantes, que tinham medo de sofrer represálias por aderir à greve. Para isso, começaram-se a organizar grupos de ligação entre os estudantes e os operários.

O cartunista Vasco de Castro, em Paris desde 1961, foi o principal dinamizador do Comité de Ligação Trabalhadores-Estudantes português, inicialmente com sede na própria Sorbonne. “O meu envolvimento foi total. Constituíamos uma espécie de ‘tropas organizadas’”, descreve o artista plástico.

Também Fernando Pereira Marques, então com 20 anos, participou activamen-

te no comité. “Tínhamos como objectivo sensibilizar os emigrantes portugueses, que estavam assustadíssimos”, clarifica o sociólogo.

Na sequência das actividades do grupo e seguindo os exemplos da Grécia e Espanha, o comité procedeu à ocupação da Casa de Portugal na Cité Internationale Universitaire de Paris. “O primeiro território português livre e socialista. Era o que dizíamos. Foi a acção mais espectacular. Ocupámos a casa até ao fim do movimento, a 17 de Junho”, recorda Fernando Pereira Marques.

Vasco de Castro considera que o comité foi “muito importante para despertar novas energias na esquerda política em Portugal”, graças ao “ataque aos aparelhos de poder pelos académicos” que inspirou o movimento estudantil português.

“Paris demonstrou que as pessoas podiam fazer alterações profundas em termos políticos”, o que, na opinião do artista plástico,

garantiu “novas ideias e comportamentos” às gerações de hoje.

Apesar da criação de Comités de ligação entre trabalhadores e estudantes, Vasco de Castro acredita que nunca houve a intenção de tomar o poder ou formalizar o movimento estudantil. “A dada altura surgiu o grito ‘Vamos ocupar o Eliseu!’ e foi recusado de forma quase unânime. O problema não era esse. Combatia-se por ideias de mudança”, ressalva o então líder do comité português.

Também a escritora Teresa Rita Lopes, então exilada, defende esta ideia. “Na Sorbonne, vi o grupo do Daniel Cohn-Bendit entrar para uma conferência. E perguntaram-lhe se o movimento não se deveria tornar num partido. Ele negou porque acreditava que se houvesse institucionalização, o movimento tomaria outra posição e rumo”.

>>><http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/03/>

Um dos muitos cartazes do Maio de 1968



FDUP cria Observatório de Segurança do Porto

Nuno Miguel - ljcc05067@letras.up.pt

Escola de Criminologia da FDUP vai estudar a criminalidade no Porto e os fenómenos que levam ao sentimento de insegurança.

A Câmara Municipal do Porto assinou esta quarta-feira um protocolo de colaboração com a Escola de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP). O futuro Observatório de Segurança e Impacto de Intervenção na Cidade do Porto vai diagnosticar mais objectivamente os problemas sociais da cidade, nomeadamente no que diz respeito à insegurança e criminalidade.

O director da Escola de Criminologia da FDUP, Cândido Agra, apresentou os três principais métodos de estudo: laboratoriais, inquéritos sobre riscos urbanos e metodologia no terreno, que vão fornecer dados para posteriormente serem comparados com outros aglomerados urbanos. “Comparar é uma palavra essencial nestas matérias”, disse o criminologista.

Os objectivos são estudar “a criminalidade em si e os comportamentos que levam a esses actos e os que são consequentes dos mesmos” e também “o sentimento de insegurança e os fenómenos que podem desencadear esse sentimento”.

Cândido da Agra alertou para o facto de Portugal ser o país europeu “mais medro-

so em termos de crimes”. O observatório vai procurar verificar se esse sentimento se justifica.

Há 25 anos a trabalhar para a UP, o fundador da Escola de Criminologia criticou a “falta de objectividade” com que se mede o fenómeno criminal no país: “Os jornais dizem que os índices de criminalidades são altos ou são baixos, mas isso não tem rigor científico nenhum”.

O presidente da Câmara do Porto, Rui Rio, salientou a “utilidade prática” do documento. “Já tomámos várias medidas em relação aos problemas sociais do Porto, mas este estudo vai-nos dar os números”, o que vai permitir, daqui a um ano, “maximizar o investimento e torná-lo mais rentável nesta luta”, disse.

Rui Rio chamou a atenção para o que diz ser a maior prioridade da sua gestão autárquica: a inclusão social, que engloba a justiça social e a segurança urbana.

“20% da população do Porto vive em bairros sociais e é óbvio que a situação social dessas pessoas nos preocupa”, disse o presidente. Além dos bairros, estudar a eficácia da videovigilância na Ribeira é outra das prioridades.

“Intervir sem conhecer é um erro”

O presidente do conselho administrativo da FDUP, José Manuel Cruz, afirmou que “as autarquias cometem um grande erro quando intervêm nos factos sem os conhecer previamente”. Salientou também que este protocolo “é a continuação de outras colaborações e de outros estudos”.



Nuno Miguel

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/30/>

Marcha da Marijuana junta 700 pessoas no Porto

Joana Caldeira Martinho
ljcc05051@letras.up.pt



Manifestantes defenderam a legalização da substância para uso recreativo, medicinal e industrial.

Cerca de 700 pessoas marcharam pela legalização da marijuana, no sábado pelas ruas do Porto, no âmbito da Marcha Global da Marijuana (MGM). Por todo o mundo, 222 cidades juntaram-se a esta iniciativa, incluindo Lisboa, Coimbra e Porto, que recebeu a marcha pela segunda vez.

Os participantes manifestaram-se a favor da liberdade e da possibilidade de fazer “uma escolha individual”, explica Catarina Alves, da organização da MGM Porto. A lei portuguesa descriminalizou o consumo de marijuana ou cannabis em 2000, continuando este a ser penalizado. Por outro lado, o tráfico e a posse de marijuana continua a ser crime punível por lei, o que é “um pouco hipócrita”, já que “se parte do princípio que se pode consumir, mas faz-se de conta que não se sabe que se compra”.

Uso medicinal “não é imprescindível”

Um dos motivos para defender a legalização da cannabis é o seu uso medicinal. De acordo com o presidente do Instituto da Droga e da Toxicod dependência (IDT), João Goulão, a utilização de marijuana tem “alguns benefícios envolvidos, nomeadamente contrariar vômitos causados pela terapia citostática [quimioterapia], o alívio de sintomas de esclerose múltipla e o aumento do apetite”. Contudo, a substância que provém da marijuana, o THC, “não é imprescindível” no tratamento destas condições, já que existem outras alternativas, sublinha Goulão.

Para além disso, o uso de cannabis tem várias consequências, já que pode conduzir à dependência e pode causar “síndrome amotivacional”, isto é, um conjunto de sintomas como a passividade, o isolamento e o défice de atenção. “Em alguns casos, em personalidades predispostas, pode causar patologias mentais como a esquizofrenia”, acrescenta o presidente do IDT.

João Goulão refere ainda que existem alguns “mitos” associados com o consumo de marijuana, como a ideia de que o uso da substância é menos prejudicial do que fumar tabaco. Goulão afirma que o consumo de cannabis tem “maior potencial can-

cerígeno”, na medida em que costuma ser fumada sem filtro, “com inalação profunda e retenção” superior à usual na utilização do tabaco.

O presidente do IDT considera que “o enquadramento legal existente em Portugal é o adequado ao estado de desenvolvimento da sociedade”. Por outro lado, Luís Fernandes, professor da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto e mandatário da MGM Porto, defende “a alteração radical das políticas criminais das drogas” em geral, já que discorda da “crença de que as substâncias devem ser ilegais por serem perigosas”.

Marijuana é proibida por “razão moral”

A descriminalização da produção de cannabis traria, na opinião de Luís Fernandes, “menos polémica” associada ao uso da substância e “não diz apenas respeito ao seu uso recreativo, mas também em biocombustível, fertilizantes e têxteis”. Quanto aos problemas associados ao tráfico de marijuana, o professor acredita que se fosse permitido o “auto-cultivo para consumo” o tráfico seria reduzido.

A descriminalização da substância permitiria também uma melhor investigação, defende José Soeiro, deputado do Bloco de Esquerda e também mandatário da MGM Porto, presente na marcha. “Não existe investigação científica capaz sobre muitas drogas, porque elas são proibidas”, afirma. A marijuana “é proibida por uma razão moral e não por critérios científicos ou médicos”.

José Soeiro defende a legalização de todas as drogas porque “o proibicionismo falhou”. “Décadas de políticas proibicionistas em relação às drogas não têm estancado o consumo, pelo contrário, e têm feito surgir associado à realidade do consumo problemas de saúde pública”, refere.

Ao legalizar a marijuana, seria possível “controlar a qualidade” das substâncias e “dar informação a toda a gente, para que as pessoas tenham consumos informados e responsáveis”, acrescenta.

ACP com dívida de quase meio milhão de euros

Situação de dívida está a ser vivida com tranquilidade. Ex-directores encontram-se sob investigação, diz presidente da ACP.

Barbara Oliveira - lj04079@icicom.up.pt

De acordo com o Relatório de Contas de 2007 da Associação de Comerciantes do Porto (ACP), o passivo da instituição é de 475 mil euros e o activo traduz-se em 964 mil euros. Dos 475 mil euros, mais de metade dizem respeito a dívidas herdadas das direcções anteriores, realça a presidente da ACP, Laura Rodrigues.

A responsável afirma que “a associação tem dívidas”, mas que está a passar por um momento tranquilo. O tesoureiro e director da instituição, Brandão Pinho, indica que só 228 mil euros do total da dívida são da responsabilidade da actual direcção e garante que até ao final do mandato a situação vai estar regularizada.

Laura Rodrigues revelou que o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) está a investigar ex-directores da ACP por estes “não utilizarem devidamente verbas da ACP”.

Artur Ribeiro, ex-director da Associação de Comerciantes do Porto, afirma que “a ACP se encontra nesta situação porque não motiva os sócios a participarem na vida da instituição e a única coisa que a presidente tem feito é queixar-se das grandes superfícies”. Demissionário da ACP, Artur Ribeiro realça, ainda, que Laura Rodrigues “não apresenta projectos para o futuro”.

Nuno Camilo, ex-director da ACP, criticou o gasto de 12.418 euros em material de es-

critório por parte da instituição. O actual tesoureiro da Associação de Comerciantes do Porto realça que “50% do total gasto em material de escritório estava afecto ao projecto ‘Dinamizar’”.

Laura Rodrigues afirmou que a Casa do Comerciante é um projecto ambicioso da sua direcção e que vai estar concluída até ao final do seu mandato. Artur Ribeiro não acredita na concretização do projecto e afirmou que a iniciativa não é viável porque é “um hotel de luxo para ricos”.

Notícia com áudio

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/02/>

Yazaki Saltano interrompe produção

Marisa Pinho - ljcc05063@icicom.up.pt

382 trabalhadores da Yazaki Saltano ficaram esta quarta-feira sem os seus postos de trabalho na fábrica de Vila Nova de Gaia. A produção do modelo M59 terminou na semana passada e quarta-feira os trabalhadores da empresa dirigiram-se à fábrica para assinarem as propostas de rescisão. Rui Fidalgo, do Sindicato Nacional de In-

dústria e Energia (SINDEL), disse ao JPN que alguns trabalhadores despedidos pela empresa pediram antecipadamente a sua rescisão “para terem formação profissional e começarem a trabalhar noutras empresas no início do mês”.

O sindicalista referiu que 18 dos 382 trabalhadores despedidos pela Yazaki Saltano de Gaia foram transferidos para a fábrica de Ovar, que abriu concurso interno para o preenchimento de 25 vagas. “Alguns desses 18 trabalhadores estavam em situação complicada”, esclareceu Rui Fidalgo.

Fernanda Tavares, directora de Recursos Humanos da Yazaki Saltano, declarou, em comunicado, que o Gabinete de Apoio Social e Profissional (GASP) da empresa “reuniu 524 ofertas de emprego, junto de 28 empresas dos distritos do Porto e Aveiro”.

Das 247 candidaturas a uma nova oportunidade de emprego que chegaram ao GASP, estão a decorrer 155 processos de recrutamento.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/30/>

Processo de Bolonha simplificado

Instituições vão ter que redigir relatórios anuais públicos sobre progressos na implementação de Bolonha.

Jessica de Sá - lj0403l@icicom.up.pt

O Conselho de Ministros aprovou esta quarta-feira um decreto-lei que visa o aprofundamento do Processo de Bolonha. Em comunicado, o gabinete do ministro do ensino superior explica que as medidas visam uma maior flexibilidade e simplificação do processo, que tem como objectivo harmonizar o espaço europeu de ensino superior.

Com este diploma, aprovado na generalidade, passa a ser permitido aos estudantes inscreverem-se em regime de tempo parcial. Esta maior flexibilidade engloba ainda a possibilidade de frequentarem disciplinas isoladas e disciplinas extracurriculares em qualquer estabelecimento de ensino superior.

Entre o leque de medidas aprovadas encontram-se igualmente algumas que procuram uma maior simplificação quanto aos certificados de comprovação de graus académicos. Documentos tradicionais como as cartas de curso ou doutorais passam a ser facultativos, sendo apenas necessário um diploma.

O decreto-lei impõe ainda a elaboração de relatórios anuais públicos por parte das diferentes instituições, em que demonstrem o progresso na implementação do Processo de Bolonha, enumerando as diversas mudanças postas em prática.

Também os licenciados e mestres que estejam a frequentar um estágio profissional vão continuar a usufruir dos recursos informáticos, acesso às bibliotecas e à acção social escolar como qualquer outro aluno da instituição, mesmo sem o pagamento de propinas e durante 24 meses.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/30/>

Estabelecimentos de ensino superior têm de elaborar relatórios anuais públicos



“Para o Norte, exportar é viver”

Sandra Silva - ljcc05069@letras.up.pt

Ana Teresa Lehmann assume vice-presidência da CCDR-N.

A internacionalização numa vertente económica, a cooperação estratégica e a avaliação das políticas públicas são os principais sectores pelos quais a nova vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), Ana Teresa Lehmann, ficará responsável. A nova vice-presidente da estrutura tomou posse esta terça-feira e salientou o “grande potencial de desenvolvimento e aprofundamento da região”.

Especialista em internacionalização e desenvolvimento regional e investimento directo estrangeiro, Lehmann já colaborou

com organizações internacionais como a OCDE, a ONU e a Comissão Europeia. Para o Norte, assegura que o objectivo é “aumentar a competitividade da região e a cooperação internacional”.

O presidente da CCDR-N, Carlos Lage, garante que a escolha visa reequilibrar as competências de planeamento e de avaliação de políticas com as competências da gestão de instrumentos financeiros. Este objectivo está relacionado com o Programa Operacional Regional Norte 2007/2013, inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). Para este ciclo, Lage revela lutar por “uma dimensão crescentemente activa na dinamização, organização e selecção de iniciativas de desenvolvimento, em áreas consideradas prioritárias”.

Lage criticou o atraso de dois anos - “uma eternidade” - do Instituto Nacional de Estatísticas em apresentar os indicadores estatísticos regionais. Como resposta, a CCDR-N criou o Observatório das Dinâmicas Regionais do Norte, destinado a fazer a análise da evolução da economia regional, e que será dirigido por Lehmann.

O presidente acredita que a experiência de Lehmann será essencial para potencializar um crescimento “no domínio da internacionalização e relações externas”. Este novo campo de acção vai impulsionar o comércio externo, essencial para a região Norte, onde “exportar é viver”, disse ao JPN.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/29/>

Ana Teresa Lehmann
terá a seu cargo a
internacionalização
numa vertente
económica



Afirmção da lusofonia depende de “dar supremacia ao Brasil”

Catarina Osório - ljcc05028@letras.up.pt

Marcelo Rebelo de Sousa abordou, na Biblioteca Municipal de Valongo, os desafios que se colocam ao livro na actualidade.

“Tudo o que ficou combinado foi que só se falava de livros. Hoje deixo para trás a política, a economia...”, disse Marcelo Rebelo de Sousa no início da conferência “Os Escritores visitam a Biblioteca Municipal”. E foi de livros e do Acordo Ortográfico que Marcelo falou quarta-feira, numa das salas de leitura da Biblioteca de Valongo.

Questionado pela plateia sobre as vantagens do novo Acordo Ortográfico entre pa-

íses lusófonos, que deverá entrar em vigor em 2014, Marcelo Rebelo de Sousa mostrou-se a favor, defendendo que “há um debate artificial sobre a questão”. O professor disse que as alterações ao acordo “não são substanciais” para a Língua Portuguesa.

Marcelo referiu que o Brasil hoje é a maior potência económica e o maior país lusófono e realçou a ideia que “Portugal precisa mais do Brasil, do que o Brasil de Portugal”. Afirmou que o acordo tem “virtuosidades” e disse que “para Portugal conseguir lutar pela lusofonia no mundo tem de lutar por dar a supremacia ao Brasil.”

Marcelo referiu que actualmente a televi-

são é o “centro da vida de muitas pessoas” em detrimento do livro, quando deveria ser “dinamizadora do livro”. A escola, as autarquias, a família são outros sectores da sociedade que deveriam, na opinião do professor, dinamizar a leitura a facilitar o acesso de todos ao livro. Reconheceu também que existem algumas lacunas no sector da distribuição e das editoras em Portugal, estas últimas a “passar um mau bocado”, e alertou para o facto de as velhas livrarias estarem a “morrer”. “Cada vez mais o livro surge associado às grandes superfícies”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/05/01/>

FICHA TÉCNICA Director Rui Centeno. **Coordenador Geral** Fernando Zamith.
Chefe de redacção Pedro Rios. **Chefe de Redacção Adjunto** Tiago Dias.
Redactores Amanda Ribeiro, Bárbara Oliveira, Catarina Osório, Duarte Monteiro, Filipa Mora,
Jessica de Sá, Joana Caldeira Martinho, José Ferreira, Marisa Pinho, Nuno Miguel, Sandra Silva.
Design Gráfico Ana Gomes.

Lusa aposta na multimédia

Duarte Monteiro - ljcc05037@icicom.up.pt

Presidente da Agência Lusa explica a aposta na área multimédia com “a necessidade de acompanhar os tempos”.

A Agência Lusa está num processo de reconversão da sua redacção no sentido de preparar os jornalistas para as plataformas multimédia. Em declarações ao JPN, José Manuel Barroso, presidente do conselho de administração da agência, explicou que estas alterações se prendem com “a necessidade de acompanhar os tempos”.

O objectivo da Lusa passa por “poder estar no mercado com produtos compostos e ir preparando os jornalistas para lidar com várias plataformas”, disse José Manuel Barroso. Esclareceu, ainda, que “a Lusa não é a única” a virar as suas competências para

os conteúdos multimédia. “É uma tendência que se verifica a nível dos media, não só das agências, mas dos próprios jornais”, referiu.

Numa era dominada pelo poder da imagem e do vídeo, José Manuel Barroso destaca a capacidade do jornalista em lidar com estas ferramentas como uma das competências primordiais. “Os jornalistas devem estar preparados para lidarem com texto e imagem e serem capazes de funcionar com essas plataformas de modo a que os conteúdos estejam disponíveis para a agência”, salientou o presidente da Lusa.

Sobre as medidas a tomar em concreto para a especialização dos jornalistas nos conteúdos multimédia, José Manuel Barroso disse que “neste momento a agência ainda está num processo de delimitação dos

produtos e das necessidades”. Contudo, já houve, experimentalmente, “uma fase de formação, nomeadamente com a Universidade do Porto” e mais especificamente com o curso de Ciências da Comunicação.

O presidente do conselho de administração da Lusa esclareceu ainda que “o objectivo passa por formar os jornalistas de todas as delegações da agência”, nacionais e internacionais.

Questionado sobre se o futuro do jornalismo passa incontornavelmente pela Internet, José Manuel Barroso foi peremptório. “É indiscutível. Os jornalistas do futuro terão de estar preparados para lidar com várias áreas e conteúdos”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/30/>

Noam Chomsky critica EUA e Europa

José Ferreira e Filipa Mora

“Agem como se fossem donos do mundo”, disse numa conferência transmitida para a Universidade do Porto.

A reitoria da Universidade do Porto “recebeu” terça-feira, em videoconferência, Noam Chomsky. Durante uma hora, o reputado pensador norte-americano respondeu a perguntas de John Hass, fundador e director do Global Consortium do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

“Por que nos odeiam quando somos tão bons?”, questionou Hass, no início da conferência. “Não nos odeiam a nós [america-

nos], odeiam a nossa política”, respondeu Chomsky

Segundo o linguista e professor no MIT, a política externa e atitude histórica dos Estados Unidos traduz uma “mentalidade imperialista”. Opondo-se à imagem tipificada dos Estados Unidos como defensores da democracia, Chomsky refere que “os EUA e a Europa agem como se fossem donos do mundo”, o que, segundo o pensador, conduziu a vários genocídios em que se usaram “os direitos humanos em serviço do poder”.

A guerra no Afeganistão, o 11 de Setembro, a crise no mundo árabe e a sua relação com a sociedade e diplomacia israelita

foram outros temas focados numa análise histórico-diplomática dos equilíbrios do poder mundial.

“Agimos como vítimas passivas de um regime totalitário que não conseguimos assimilar e nada pode estar mais longe da verdade”, afirmou Chomsky, no final da conferência, apelando aos espectadores para “diminuírem a enorme distância entre a opinião pública e a acção pública”.

>>> <http://jpn.icicom.up.pt/2008/04/30/>